

ACM garante que pacote não eleva IR

Segundo senador, governo comprometeu-se também em não transformar CPMF em permanente

ROSACOSTA

BRASÍLIA – Respaldado pelo compromisso que disse ter recebido do governo, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), voltou a dizer que o aumento do Imposto de Renda para pessoa física e a transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em permanente não estão entre as medidas que o governo deve enviar ao Congresso este mês para elevar a receita e combater o déficit público. "Existe o compromisso de não haver essas duas mudanças", afirmou. "Se houver, será quebra de contrato." O senador pensou um instante, como se lembrasse da conversa em que tratou do assunto, antes de afirmar, categórico: "Praticamente,

posso garantir que não vai haver quebra de contrato."

ACM informou que a "intenção" do governo é a de encaminhar as medidas de ajuste ao Legislativo – na forma de emenda constitucional e de projeto de lei – nos dias 26 ou 27 deste mês. A data coincide com a chegada ao Legislativo da uma nova proposta de Orçamento, mais "enxuta" do que a que chegou em agosto, e com o fim das eleições em segundo turno. O senador admitiu que essas eleições, disputadas em 13 Estados, impedem o

Congresso e o Executivo de agir. "Quem tem pressa é o Brasil", afirmou, ao reconhecer a necessidade de tornar o País menos vulnerável à crise o mais rápido possível. "Agora, as circunstâncias políticas do País, com uma eleição do dia 25, evidentemente impedem uma

ação do Congresso e do Executivo."

O senador garantiu que não fez nenhum acordo com o governo sobre o envio das medidas ao Congresso. "O governo manda quando ele achar conveniente", frisou. "E o Congresso voltará com independência, levando em conta a gravidade da economia." A iniciativa vai ainda coincidir com o comparecimento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, no Senado, para explicar as medidas do ajuste. ACM disse que interessa ao ministro falar sobre as medi-

MEDIDAS
DEVEM CHEGAR
AO CONGRESSO
NO DIA 26

das com os parlamentares.

Ele voltou a afirmar que o governo precisa ser cauteloso na adoção de medidas que possam ferir a autonomia dos Estados, como a de aumentar o porcentual da retenção do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que estaria sendo discutida.